

TABELA GRI

2021



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

TABELA GRI

2021



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2022 • www.bportugal.pt

Índice

Tabela GRI | **5**

Conteúdos gerais | **5**

Conteúdos específicos | **11**

GRI 200 divulgações económicas | **11**

GRI 300 Divulgações ambientais | **16**

GRI 400 Divulgações sociais | **21**

Tabela GRI

Conteúdos gerais

	Divulgações	Localização/omissão	Verificação	ODS
Perfil organizacional				
102-1	Nome da organização	Banco de Portugal	S.V.	
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	https://www.bportugal.pt/page/missao-e-funcoes	S.V.	
102-3	Localização da sede	https://www.bportugal.pt/contactos	S.V.	
102-4	Localização das operações	https://www.bportugal.pt/contactos	S.V.	
102-5	Propriedade e natureza legal	Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio	S.V.	
102-6	Mercados servidos	https://www.bportugal.pt/contactos	S.V.	
102-7	Dimensão da organização	O Banco de Portugal em números 2021	S.V.	
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.2 Recursos Humanos (ver tabela abaixo)	S.V.	8

N.º total de colaboradores por tipo de contrato e por sexo

		2019	2020	2021
Contrato sem termo	M	885	876	851
	F	888	896	886
	T	1773	1772	1737
Contrato termo certo	M	5	5	3
	F	0	0	1
	T	5	5	4
Temporários	M	0	0	0
	F	0	0	0
	T	0	0	0
Estagiários	M	30	26	29
	F	30	30	32
	T	60	56	61
Total de colaboradores		1778	1777	1741

N.º total de colaboradores por tipo de contrato e por localização

		2018	2019	2020	2021
Contrato sem termo	Lisboa	1579	1607	1620	1588
	Porto	107	103	92	89
	Ponta Delgada	7	8	8	8
	Funchal	12	10	8	8
	Braga	8	9	7	6
	Castelo Branco	4	5	4	5
	Coimbra	8	8	9	9
	Évora	9	8	8	7
	Faro	8	8	8	8
	Viseu	7	7	8	9
	T	1749	1773	1772	1737
	Contrato termo certo	Lisboa	3	5	5
Porto		1	0	0	0
T		4	5	5	4
Estagiários	Lisboa	74	60	50	57
	Porto	0	0	1	0
	Ponto Delgada	1	0	0	0
	Funchal	0	0	1	3
	Braga	0	0	2	1
	Castelo Branco	0	0	2	0
	Faro	1	0	0	0
	Viseu	0	0	0	0
	T	76	60	56	61
	Total de colaboradores		1753	1778	1777

N.º total de colaboradores por tipo de emprego e por sexo

		2018	2019	2020	2021
Full-time	M	910	919	906	882
	F	918	917	925	918
	T	1828	1836	1831	1800
Part-time	M	1	1	1	1
	F	0	1	1	1
	T	1	2	2	2
Total de colaboradores (incluindo estagiários)		1829	1838	1833	1802

102-9	Cadeia de fornecedores	<i>Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas 2021 Relatório de Gestão: 2. Demonstrações Financeiras e Notas – Notas às demonstrações financeiras – Nota 29. Fornecimentos e Serviços de Terceiros (FST)</i>	S.V.
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Não existem alterações significativas a registar	S.V.

102-11	Abordagem ao princípio de precaução	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco	S.V.
102-12	Iniciativas externas	Princípios e Recomendações da Cooperação entre Banco Centrais dos Países de Língua Portuguesa Acordo de cooperação cambial (ACC) com Cabo Verde Fórum de Empresas para Igualdade de Género Declaração de Compromisso para com o Código Global de Conduta para o Mercado Cambial Rede Internacional de Intercâmbio de Experiência no Tratamento Estatístico de Dados Granulares Geração Euro	S.V.
102-13	Membro de associações	(ver tabela abaixo)	S.V.

Nome da entidade	Exerce funções nos órgãos sociais	Participação em projetos ou comissões	Contribui financiamentos substanciais
Assoc. portuguesa bibliotecários, arquivistas e documentalistas			
Associação Fiscal Portuguesa			
Associação Port. Colec. Papeis Valor			
Association for Information and Image Management			
CEMLA – Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos		•	
Central Banks and Supervisors Networks for Greening the Financial System		•	
Centre for Economic Policy Research			
Conselho Internacional de Arquivos			
Conselho Internacional de Museus – INCOM			
European Association for Banking and Financial History			
European Economic Association			
European Money and Finance Forum			
Eurosystem Procurement Coordination Office		•	
FinCoNet – Organização Internacional para a Proteção do Consumidor Financeiro	•	•	
FOREX – ACI PORTUGAL			
Group of Thirty (G-30)			
Grupo Português de Utilizadores da Swift		•	
GUSP – Associação de Utilizadores SAP em Portugal			

Nome da entidade	Exerce funções nos órgãos sociais	Participação em projetos ou comissões	Contribui financiamentos substanciais
Instituto Português de Auditoria Interna			
International Accounting Standards Board			
International Journal of Central Banking			
International Network on Financial Education	•	•	
International Operational Risk WG			
International Statistics Institute			
International Swaps and Derivates Association			
Official monetary and financial institutions forum			
Portugal Finlab		•	
Sociedade Portuguesa de Estatística			
Sociedade Portuguesa de Numismática (SPN)			

Estratégia

102-14	Mensagem do Presidente	Mensagem do Governador	S.V.
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco	S.V.

Ética e integridade

102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	Missão e Valores do Banco de Portugal 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco	S.V.
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco	S.V.

Governance

102-18	Estrutura de <i>governance</i>	Órgãos do Banco	S.V.
--------	--------------------------------	-----------------	------

Envolvimento com stakeholders

102-40	Lista dos grupos de <i>stakeholders</i>	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.4 Prestação de contas, comunicação e serviços ao público	S.V.
102-41	Acordos coletivos de trabalho	100% dos colaboradores do Banco de Portugal são abrangidos por acordos de contratação coletiva.	S.V. 8

102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.4 Prestação de contas, comunicação e serviços ao público	S.V.
102-43	Abordagem de envolvimento com <i>stakeholders</i>	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.4 Prestação de contas, comunicação e serviços ao público	S.V.
102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos <i>stakeholders</i>	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.4 Prestação de contas, comunicação e serviços ao público	S.V.
		<p>O Banco de Portugal realiza anualmente um inquérito de satisfação ao público sobre o seu atendimento presencial. Os inquéritos procuraram captar o grau de satisfação do público com o horário de funcionamento do atendimento, o tempo de espera, o profissionalismo dos colaboradores que o asseguram, a privacidade, a disponibilização de material informativo e as medidas de proteção face à pandemia. A privacidade, a disponibilização de material informativo e o profissionalismo dos colaboradores foram os atributos melhor classificados.</p> <p>Adicionalmente, na resposta a todos os pedidos de informação assegurados pelo info@bportugal.pt e pelo atendimento telefónico é avaliado o nível de satisfação com a resposta obtida e a recomendação dos serviços do Banco.</p> <p>Em 2019, foram registadas 43 sugestões e reclamações.</p> <p>Em 2020, foram registadas 22 sugestões e reclamações.</p> <p>Em 2021, foram registadas 34 sugestões e reclamações.</p>	
Prática de reporte			
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Sumário executivo	S.V.
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	Abordagem à Sustentabilidade	S.V.
102-47	Lista dos tópicos materiais	Abordagem à Sustentabilidade	S.V.
102-48	Reformulação de informação	N.A.	S.V.
102-49	Alterações no relatório	N.A.	S.V.
102-50	Período de reporte	1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021	S.V.
102-51	Data do relatório mais recente	Relatório de Sustentabilidade 2019-20	S.V.

102-52	Ciclo de relatórios	Anual	S.V.
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	Banco de Portugal R. do Comércio, 148, 1100-150 Lisboa info@bportugal.pt	S.V.
102-54	Opção “de acordo” com os GRI <i>standards</i>	O documento foi preparado de acordo com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI Standards) para o nível “De acordo – Essencial”.	S.V.
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela.	S.V.
102-56	Verificação externa	Este relatório não foi sujeito a verificação externa independente.	S.V.

Conteúdos específicos

GRI 200 divulgações económicas

Divulgações	Localização/omissão	Verificação	ODS																																													
201 desempenho económico																																																
201-1	<p>Valor económico direto gerado e distribuído</p> <p>(ver tabela abaixo)</p> <p>As receitas de 2021 encontram-se em linha com as do ano anterior e continuam fortemente influenciadas pelo aumento dos juros a pagar associados às operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO III), em parte atenuado pelos aumentos dos juros a receber relativos aos depósitos das instituições de crédito junto do Banco de Portugal e das valias com operações financeiras.</p> <p>Embora o Banco entregue dividendos ao Estado, considera-se não aplicável a rubrica “Pagamentos a Investidores” uma vez que o Estado é o único acionista, mas não é fornecedor de capital nem investidor, tendo mesmo de ser garantida a independência financeira do Banco enquanto Banco Central.</p> <p>Na rubrica “Donativos e outros investimentos na comunidade” foi considerado o programa de responsabilidade social bem como outros donativos de apoio social, nomeadamente os apoios implementados como resposta à crise pandémica COVID-19.</p>	S.V.	2, 5, 7, 8																																													
<p>Valor económico direto gerado e distribuído</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor económico direto gerado (€)</td> <td>1 346 079 190 €</td> <td>1 327 916 216 €</td> <td>993 863 805 €</td> <td>961 866 626 €</td> </tr> <tr> <td>Receitas</td> <td>1 346 079 190 €</td> <td>1 327 916 216 €</td> <td>993 863 805 €</td> <td>961 866 626 €</td> </tr> <tr> <td>Valor económico distribuído (€)</td> <td>575 249 708 €</td> <td>551 138 850 €</td> <td>440 832 018 €</td> <td>436 347 206 €</td> </tr> <tr> <td>Custos operacionais</td> <td>77 910 332 €</td> <td>65 445 471 €</td> <td>66 335 725 €</td> <td>72 568 087 €</td> </tr> <tr> <td>Salários e benefícios dos colaboradores</td> <td>138 217 112 €</td> <td>138 537 526 €</td> <td>132 052 948 €</td> <td>129 776 961 €</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos ao Estado</td> <td>358 981 993 €</td> <td>347 067 151 €</td> <td>242 127 506 €</td> <td>233 794 840 €</td> </tr> <tr> <td>Donativos e outros investimentos na comunidade</td> <td>140 271 €</td> <td>88 702 €</td> <td>315 839 €</td> <td>207 317 €</td> </tr> <tr> <td>Valor económico acumulado (€)</td> <td>770 829 482 €</td> <td>776 777 366 €</td> <td>553 031 787 €</td> <td>525 519 421 €</td> </tr> </tbody> </table>					2018	2019	2020	2021	Valor económico direto gerado (€)	1 346 079 190 €	1 327 916 216 €	993 863 805 €	961 866 626 €	Receitas	1 346 079 190 €	1 327 916 216 €	993 863 805 €	961 866 626 €	Valor económico distribuído (€)	575 249 708 €	551 138 850 €	440 832 018 €	436 347 206 €	Custos operacionais	77 910 332 €	65 445 471 €	66 335 725 €	72 568 087 €	Salários e benefícios dos colaboradores	138 217 112 €	138 537 526 €	132 052 948 €	129 776 961 €	Pagamentos ao Estado	358 981 993 €	347 067 151 €	242 127 506 €	233 794 840 €	Donativos e outros investimentos na comunidade	140 271 €	88 702 €	315 839 €	207 317 €	Valor económico acumulado (€)	770 829 482 €	776 777 366 €	553 031 787 €	525 519 421 €
	2018	2019	2020	2021																																												
Valor económico direto gerado (€)	1 346 079 190 €	1 327 916 216 €	993 863 805 €	961 866 626 €																																												
Receitas	1 346 079 190 €	1 327 916 216 €	993 863 805 €	961 866 626 €																																												
Valor económico distribuído (€)	575 249 708 €	551 138 850 €	440 832 018 €	436 347 206 €																																												
Custos operacionais	77 910 332 €	65 445 471 €	66 335 725 €	72 568 087 €																																												
Salários e benefícios dos colaboradores	138 217 112 €	138 537 526 €	132 052 948 €	129 776 961 €																																												
Pagamentos ao Estado	358 981 993 €	347 067 151 €	242 127 506 €	233 794 840 €																																												
Donativos e outros investimentos na comunidade	140 271 €	88 702 €	315 839 €	207 317 €																																												
Valor económico acumulado (€)	770 829 482 €	776 777 366 €	553 031 787 €	525 519 421 €																																												
201-2	<p>Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas</p> <p>Os riscos climáticos são classificados em duas categorias, que podem originar perdas ou reduções no valor dos ativos afetados: riscos físicos, relacionados com a intensidade ou frequência de catástrofes naturais e com efeitos de longo prazo sobre o ambiente, e</p>	S.V.	9, 13																																													

riscos de transição, relacionados com o processo de ajustamento a uma sociedade mais sustentável, que podem abranger alterações de natureza regulatória ou tributária, modificações nas preferências dos consumidores, obsolescência tecnológica e litigância jurídica acrescida. Estes riscos são relevantes para o Banco a três níveis:

– Podem afetar o património e a conta de exploração, quer pelo impacto nos seus ativos físicos (e.g. custos acrescidos de refrigeração ou deterioração mais acelerada dos edifícios) quer, com maior relevância, pelo impacto nos seus ativos financeiros (que refletem a exposição a esses riscos assumida no contexto da gestão das carteiras próprias sem relação com a política monetária);

– Os riscos climáticos podem provocar impactos em áreas de missão do Banco e, por conseguinte, afetar o bom desempenho das suas funções – esses riscos são reconhecidamente relevantes para a estabilidade financeira (por terem repercussões no sistema financeiro que podem assumir caráter sistémico), para a supervisão prudencial (por afetarem os modelos de negócio das instituições supervisionadas) e mesmo para a política monetária (pelo menos por impactarem o seu quadro macroeconómico de referência);

– Os riscos climáticos têm ainda uma dimensão reputacional: dada a importância assumida pelas alterações climáticas junto da opinião pública e de *stakeholders* relevantes, a reputação poderá ser negativamente afetada se houver a perceção de que o Banco não atribui importância a estas questões.

Custos diretos e materialmente relevantes das atividades do Banco relacionadas com a sustentabilidade e o financiamento sustentável (RH, deslocações, consultoria, comunicação, outros) em 2021: 611 305€

201-3	Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma	<i>Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas 2021 Relatório de Gestão: 2. Demonstrações Financeiras e Notas – Notas às demonstrações financeiras – Nota 30. Imposto sobre o Rendimento.</i>	S.V.
-------	--	---	------

202 Presença no mercado

202-1	Rátios entre o salário de entrada e o salário mínimo local	2019 – Rácio: 173% Calculado face ao salário mínimo nacional – 600 €. 2020 – Rácio:164% Calculado face ao salário mínimo nacional – 635 €.	S.V.
-------	--	---	------

		2021 – Rácio: 166% Calculado face ao salário mínimo nacional – 665 €. Os valores reportados correspondem à admissão com o nível mais baixo nos anos correspondentes.		
202-2	Percentagem de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local	Em 2021, 100% dos gestores de topo (61) foram contratados localmente.	S.V.	
204 Práticas de compras				
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	Percentagem do total de aquisições feitas a fornecedores portugueses: 2019 – 96,3% 2020 – 94,1% 2021 – 93,%	S.V.	
205 Anticorrupção (tema material)				
Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à Sustentabilidade Tema considerado material no âmbito da Ética, Integridade e Independência.	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-
	205-1	Operações submetidas a avaliações de risco de corrupção	Os mecanismos existentes através dos quais se procura gerir e controlar o risco de práticas de corrupção e outros ilícitos conexos incluem a identificação e o levantamento destes riscos para cada uma das áreas do Banco, com a especificação do evento de risco e as respetivas medidas de mitigação. A estratégia definida pelo Banco no combate e prevenção da corrupção não contempla um exercício contínuo de verificação de operações internas no sentido de avaliar a materialização dos riscos de corrupção ou a identificação preliminar de um conjunto de indicadores que poderiam servir de alerta para certas práticas ou comportamentos irregulares. Trata-se de uma evolução do paradigma na gestão dos riscos de corrupção no Banco, sendo que não se exclui a reflexão sobre a oportunidade e necessidade dessa abordagem, a ser avaliada no médio prazo.	S.V.

2019 e 2020: *Relatório sobre a Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas* | Anexo: Identificação de riscos e medidas de mitigação. pg. 17 a 67

2021: Revisão do *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas* (PPC), aprovação de um novo PPC para o período 2020-2024 | Anexo: Identificação de riscos e medidas de mitigação, por área de negócio.

205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	<p>4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco</p> <p>No âmbito da comunicação e formação não estão implementadas práticas informativas específicas sobre o tema da corrupção. Contudo, os exercícios anuais dirigidos à realização do Plano de Prevenção da Corrupção e respetivos Relatórios de Execução obrigam a avaliações e reflexões regulares e periódicas sobre a criticidade (impacto e probabilidade de ocorrência) destes riscos junto de cada estrutura e atendendo à natureza da respetiva atividade, com o envolvimento das primeiras linhas de defesa de cada área de negócio e com a interação de outras estruturas do sistema de controlo interno (Departamento de risco e auditoria interna) e aprovação pelo Conselho de Administração.</p>	S.V.
205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Em 2021 não houve quaisquer registos de casos de corrupção.	S.V.

Gestão de risco (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à Sustentabilidade	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	<p>1 Estabilidade de preços na área do euro – 1.2 Gestão de ativos</p> <p>4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco</p>	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-

Transparência e envolvimento com a comunidade (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à Sustentabilidade	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.4 Prestação de contas, comunicação e serviços ao público 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-

Inovação e digitalização (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à Sustentabilidade	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	1 Estabilidade de preços na área do euro – 1.3 Sistemas e meios de pagamento 2 Salvaguarda da estabilidade financeira – 2.2 Estabilidade do sistema financeiro nacional 3 Produção e partilha de conhecimento – 3.1 Estudos 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.3 Inovação e transformação digital	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-

GRI 300 Divulgações ambientais

Divulgações	Localização/omissão	Verificação	ODS
301 Materiais			
301-1 Consumo total de materiais por peso e volume	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.	
Consumo de materiais			
	2019	2020	2021
Materiais renováveis (t)	44,80	20,36	15,23
Papel <i>Tissue</i> (t)	13,93	7,40	3,87
Papel A4 (t)	27,10	11,70	10,37
Papel A4 (reciclado) (t)	3,10	0,94	0,81
Plástico (garrafas de água descartáveis e copos de plástico) (t)	0,67	0,32	0,18
Materiais não renováveis (t)	0,00	0,00	-
Quantidade total de materiais consumidos (t)	44,80	20,36	15,23

302 Energia

302-1 Consumo de energia dentro da organização	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.
<p>Âmbito:</p> <p>No período entre 2019 e 2021 foram considerados todos os edifícios do Banco (19 instalações).</p> <p>Nota: Os valores reportados no relatório anterior foram ajustados de modo a incluir informação relativa ao consumo de gás propano.</p>		

Consumo total de energia por fonte não renovável

	2019	2020	2021
Consumo de gás natural (GJ)	746	558	529
Consumo de gás propano (GJ)	4349	4097	3371
Consumo de gasóleo em edifícios (GJ)	125	68	50
Consumo de gasóleo em viaturas próprias (GJ)	4978	3732	3626
Consumo de gasolina em viaturas próprias (GJ)	368	604	789
Consumo de combustíveis não renováveis (GJ)	10 565	9060	8365

Consumo total de energia elétrica

	2019	2020	2021
Consumo de energia elétrica	73 391	1151	978
Consumo de energia elétrica de origem 100% renovável (GJ)	-	68 242*	71 845
Consumo Total de Energia Elétrica (GJ)	73 391	69 393	72 283

* Em 2020 foi celebrado novo contrato de energia para todos os edifícios do Banco, exceto as delegações regionais, com energia proveniente a 100% de energias renováveis.

Consumo total de energia dentro da organização

	2019	2020	2021
Total (GJ)	83 957	78 453	81 189

302-3	intensidade energética	(ver tabela abaixo) Âmbito: 18 edifícios (não inclui Av. República).	S.V.
-------	------------------------	--	------

Intensidade energética

	2019	2020	2021
Rácio de intensidade energética (GJ/área bruta de construção (m ²))	0,53	0,49	0,51

302-4	Redução do consumo de energia	Em 2021 registou-se um aumento de 2735 GJ associados ao consumo de energia dentro da organização.	S.V.
-------	-------------------------------	---	------

303 Água

303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	A água consumida pelas atividades do Banco é proveniente da rede de abastecimento pública, cumprindo todos os requisitos legais para a captação, controlo de qualidade e distribuição a que a lei obriga. O Banco de Portugal monitoriza mensalmente os consumos de água da sua atividade, nos diferentes edifícios e procura gerir o impacto da sua atividade através do controlo dos processos operacionais internos, da implementação de medidas de consumo eficiente de água (e.g. instalação de perlatores nas torneiras das casas de banho, com uma redução de 50% face aos anteriores) e sensibilização dos colaboradores. O Banco não identifica na sua operação direta áreas de stress hídrico para este relato.	S.V.
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de efluentes	As águas residuais domésticas provenientes da atividade nos diversos edifícios do Banco de Portugal são encaminhadas para a rede de saneamento público, sendo posteriormente sujeitas ao tratamento adequado, monitorizado pelas entidades responsáveis, que cumprem todos os requisitos de recolha e tratamento das águas residuais a que a lei obriga.	S.V.

303-5	Consumo de água	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.
-------	-----------------	--	------

Consumo de água

	2019	2020	2021
Consumo de água em todas as áreas (ML)	53,53	39,91	43,42
Consumo de água em áreas com <i>stress</i> hídrico (ML)	0,00	0,00	0,00
Consumo total de água (ML)	53,53	39,91	43,42

305 Emissões (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à Sustentabilidade Tema considerado material no âmbito dos Riscos Ambientais e climáticos.	-
------------------	-------	--	---	---

A abordagem de gestão e as suas componentes

1 Estabilidade de preços na área do euro
- 1.2 Gestão de ativos

2 Salvaguarda da estabilidade financeira
- 2.1 Atividade de regulação

103-2

2 Salvaguarda da estabilidade financeira
- 2.2 Estabilidade do sistema financeiro nacional

4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental

Evolução da forma de gestão

103-3

O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o *feedback* dos seus *stakeholders*, análises de *benchmarking* e com *ratings* externos de desempenho, sempre que disponíveis.

305-1	Emissões diretas de gases de efeito de estufa – GEE (Âmbito 1)	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.
-------	--	--	------

Emissões de âmbito 1

	2019	2020	2021
Emissões de âmbito 1 (tCO ₂ e)	705,99	603,88	560,87

305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.
-------	--------------------------------------	--	------

Emissões de âmbito 2

	2019	2020	2021
Emissões de âmbito 2 (tCO ₂ e) – <i>market-based</i>	122,07	155,83	116,00
Emissões de âmbito 2 (tCO ₂ e) – <i>location-based</i>	4342,33	3122,67	2710,64

305-3 Emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)

4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental

(ver tabela abaixo)

Nota: Em 2021, realizou-se um exercício de cálculo da pegada ecológica do Banco com referência ao ano de 2020, pelo que os dados apresentados no relatório e na tabela abaixo se referem ao desempenho do Banco de Portugal em 2020.

Emissões de âmbito 3

	2020
Emissões associadas a deslocações em viaturas próprias dos funcionários (tCO ₂ e)	164,40
Emissões associadas a deslocação em táxis (tCO ₂ e)	5,15
Emissões associadas a deslocações aéreas (tCO ₂ e)	181,53
Emissões associadas a deslocações casa-trabalho (tCO ₂ e)	1298,71
Emissões associadas a produção de resíduos (tCO ₂ e)	68,59
Emissões associadas a consumo de materiais (tCO ₂ e)	9,20
Total de emissões de âmbito 3 (tCO₂e)	1727,58

305-4 Intensidade das Emissões de GEE

(ver tabela abaixo)

S.V.

Nota: Para o apuramento do valor de intensidade das emissões de GEE, foram consideradas as emissões do Banco de Portugal em 2021 (Âmbitos 1 e 2) e a área bruta de construção (m²) que consideram todos os edifícios do Banco.

Intensidade das emissões de GEE

	2019	2020	2021
Rácio de intensidade de emissões GEE (tCO ₂ e/área bruta de construção (m ²))	0,03	0,02	0,02

305-5 Redução das emissões GEE

As principais iniciativas implementadas para promover a redução das emissões de GEE, foram as ações implementadas no âmbito do Compromisso Lisboa Capital Verde 2020:

- substituir lâmpadas tradicionais por LED;
- estudo de viabilidade para uma central fotovoltaica (produção de energia) no Complexo do Carregado;
- início de desenvolvimento de política de mobilidade empresarial.

S.V.

Em 2021, foi alcançada uma redução de 455,04 tCO₂e nas emissões de âmbito 1 e 2.

306 Resíduos

306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	A gestão dos resíduos e o seu impacto é uma preocupação para o Banco de Portugal em todas as atividades que desenvolve. Os resíduos produzidos pelo Banco são maioritariamente mistura de resíduos urbanos equiparados, metais, papel e cartão, e plástico. O Banco assume o compromisso de melhorar continuamente a sua abordagem no uso eficiente e responsável dos recursos, nomeadamente a redução do consumo de plástico e de papel e a adoção de medidas de gestão dos resíduos mais eficiente.	S.V.
306-2	Gestão de impactos significativos associados a resíduos	O Banco de Portugal gere os impactos da produção de resíduos, maioritariamente, através da minimização do seu consumo e priorização da reutilização e/ou valorização dos mesmos. Com base nos princípios de economia circular, o Banco tem apostado na implementação de medidas de redução da produção de resíduos, nomeadamente de eliminação do plástico (por exemplo, substituição das espátulas de plástico por palhetas de madeira do café e, futuramente em madeira), e na promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis e certificados. A gestão dos resíduos e dos seus impactos passa também pela implementação de medidas de sensibilização dos colaboradores, de modo a contribuírem para este esforço.	S.V.
306-3	Resíduos gerados	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.

Resíduos gerados

	2019	2020	2021
Peso total dos resíduos gerados (t)	382,36	296,23	223,46
Resíduos perigosos (t)	4,20	2,74	3,66
Valorização – não destinados a deposição final (t)	1,99	2,44	1,54
Eliminação – destinados a deposição final (t)	2,22	0,30	2,12
Resíduos não perigosos (t)	378,15	293,49	219,80
Valorização – não destinados a deposição final (t)	377,80	290,77	218,37
Eliminação – destinados a deposição final (t)	0,35	2,72	1,43

401-3	Licença Parental	(ver tabela abaixo)			S.V.
			2019	2020	2021
Trabalhadores que usufruíram da licença parental	H		51	64	60
	M		57	91	89
	T		108	155	149
Trabalhadores que regressaram depois da licença parental	H		51	64	60
	M		57	91	89
	T		108	155	149
Taxa de retorno	H		100%	100%	100%
	M		100%	100%	100%
	T		100%	100%	100%

402 Relações de trabalho

402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Sempre que a mudança de funções do trabalha – dor colocar em causa o conteúdo essencial da sua categoria ou função, os prazos de notificação seguidos pelo Banco estão de acordo com as regras legais (artigo 120.º do Código de Trabalho). Se a mudança de funções do trabalhador apenas envolver a alteração do local/equipa, ou a forma como são prestadas essas funções (mantendo-se inalterado o essencial da sua função), os prazos de notificação são decididos pelo Banco de Portugal.	S.V.
-------	---	--	------

403 Saúde e segurança ocupacional

403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	O Banco não tem implementado um sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho, no entanto, dispõe de serviços internos de segurança no trabalho, de acordo com o definido no Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho – Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro, alterado pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro e que transpõe a Diretiva n.º 89/391/CCE do Conselho, de 12 de junho.	S.V.
403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	A qualidade dos processos é assegurada através da revisão contínua de procedimentos e metodologias, sendo a competência das pessoas que os realizam assegurada através da formação contínua dos Técnicos Superiores de Saúde e Segurança do Trabalho (TSSST). Os resultados desses processos permitem a revisão de metodologias de trabalho e introdução de novas práticas e tecnologias. Os perigos/situações perigosas podem ser reportados: – À Equipa de Segurança no Trabalho (EST) durante o processo de avaliação de riscos profissionais (entrevistas individuais) e através	S.V.

de participação/ queixa enviada para a caixa de correio;

- Ao Centro de Saúde e Medicina do Trabalho (CSMT), durante a vigilância médica e/ou aquando de consultas de medicina curativa;
- Aos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RTSST);
- Toda a informação transmitida e/ou enviada para a EST, para o CSMT e para os RTSST é trata - da de forma reservada.

Os trabalhadores, por sua vez, podem:

- Adotar as Medidas Controlo Permanente, identificadas no PTS - Passaporte de Trabalho Seguro (elaborado pela EST no âmbito do processo de Avaliação de Riscos Profissionais);
- Reportar situações de risco à EST, CSMT e RTSST;
- Utilizar EPC e EPI;
- Participar em ações de formação/sensibilização;
- Consultar a informação disponibilizada nos diversos meios de comunicação interna.

A investigação de incidentes de trabalho é realiza - da de acordo com o definido no Procedimento de Segurança ST/PS/002 "Análise de Ocorrências".

De uma forma simplificada, a análise de ocorrências decorre de acordo com as seguintes fases:

- a. Início: participação da ocorrência (colaborador);
- b. Análise da ocorrência (EST);
- c. Proposta de eventuais medidas de prevenção e proteção (MPP) e encaminhamento para os responsáveis pela implementação;
- d. Comunicação do resultado da análise;
- e. Acompanhamento da implementação das MPP;
- f. Fecho da ocorrência.

Por outro lado, a Avaliação de Riscos Profissionais (ARP) é realizada de acordo com o definido no Procedimento de Segurança ST/PS/001 "Avaliação de Riscos Profissionais" e com base no método MARAT.

A análise de Acidentes de Trabalho é realizada de acordo com o definido no procedimento de Segurança ST/PS/003 "Análise de Acidentes de Trabalho".

403-3	Serviços de saúde do trabalho	Os serviços de segurança e de saúde no trabalho são responsáveis por: <ul style="list-style-type: none">- Avaliação de Riscos Profissionais;- Desenvolvimento e acompanhamento da execução das medidas de prevenção	S.V.
-------	-------------------------------	--	------

- e proteção, promovendo e motivando a sua implementação;
- Participação na elaboração dos Planos de Emergência/Prevenção Internos;
 - Colaboração na realização de simulacros;
 - Conceção e organização dos postos de trabalho;
 - Participação na seleção de equipamentos de segurança (proteção individual e coletiva);
 - Apoio nas atividades de informação e consulta aos trabalhadores sobre os riscos associados às atividades desenvolvidas;
 - Análise das causas dos acidentes e incidentes de trabalho, bem como a elaboração dos relatórios sobre os mesmos e consequentes medidas de prevenção e proteção;
 - Desenvolvimento de estudos técnicos – ruído, iluminação, ambiente térmico, agentes químicos e biológicos;
 - Coordenação das atividades relativas à Segurança no Trabalho com as de Saúde no Trabalho da competência do Centro de Saúde e Medicina do Trabalho.

O resultado das atividades desenvolvidas pelos serviços de saúde e segurança no trabalho é divulgado periodicamente aos colaboradores e/ou aos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, através dos meios e procedimentos de comunicação interna existentes, nomeadamente Intranet, email, sistema de gestão documental.

403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	<p>A participação e consulta dos trabalhadores é realizada através dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RTSST), nos seguintes momentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Partilha/disponibilização de informação relevante em matéria de SST, com base numa matriz e metodologia previamente acordada entre EST e os RTSST, através da plataforma de gestão documental; - Envio, para parecer, de diversa documentação produzida no âmbito das atividades de SST; - Calendário de Partilha RTSST – calendário partilhado no Outlook, para partilha de eventos relevantes em matérias de SST (atividades da EST, CSMT); - Reuniões mensais para discussão de temas relevantes em matéria de SST (participação dos RTSST, CSMT e EST); - Reuniões mensais dos RTSST com os órgãos de gestão do Banco, onde participa a EST. <p>Os RTSST realizam reuniões mensais, com os órgãos de gestão do Banco, para discussão e análise dos assuntos relacionados com a segurança e saúde no trabalho.</p>	S.V.
-------	---	---	------

		Em 2021, através de inquérito lançado a todos os trabalhadores do Banco, foi ainda realizada uma consulta alargada a todos os trabalhadores.	
403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Em 2021, foi lançada na plataforma moodle a formação <i>E-learning</i> "Prevenção de riscos ergonómicos", tendo ainda sido desenvolvida uma ação de sensibilização no âmbito da prevenção de riscos ergonómicos e saúde mental no dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho (28 de abril de 2021).	S.V.
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	O Banco de Portugal concede acesso gratuito, a todos os trabalhadores, aos cuidados de saúde através de marcação prévia (presencial, telefone, email) e em situações de urgência/emergência (independentemente do vínculo laboral). Estão disponíveis a todos os colaboradores interessados rastreios para controlo metabólico (peso, diabetes, dislipidémias), doenças cardiovasculares (hipertensão arterial, dislipidémias), doença oncológica, doença mental (sessões informativas, apoio psicológico e psicoterapêutico), controlo da automedicação, consulta do viajante, exames de aptidão desportiva (Grupo Desportivo). Em confinamento, foi dada prioridade a telemedicina e apoio a todos os colaboradores (incluindo agregado familiar) no âmbito da pandemia COVID. Para além das ações acima descritas no âmbito da prevenção de doença, foi dada especial atenção ao seguimento de casos COVID e no âmbito da Saúde Mental devido aos períodos de confinamento que levaram a afastamento prolongado da maioria dos colaboradores.	S.V.
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.2 Recursos Humanos Não foram considerados relevantes os impactes atribuíveis a relações comerciais. Os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RTSST), foram eleitos de acordo com o definido na legislação em vigor. Para o triénio 2018-2021 foram eleitos sete representantes.	S.V.
403-9	Acidentes de trabalho	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.2 Recursos Humanos (ver tabela abaixo) Nota: Os valores de rácios para os anos 2019-2020 foram reajustados com base em atualização no valor de horas trabalhadas reportado.	S.V.

		2019	2020	2021
N.º absoluto	Mortes resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0	2	1*
	Acidentes de trabalho	34	10	11
	Horas trabalhadas	2 682 225	2 689 400	2 645 104
Rácios	Mortes resultantes de acidentes de trabalho	0,000	0,000	0,000
	Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0,000	0,149	0,076
	Acidentes de trabalho	2,535	0,744	0,832
Valor de horas trabalhadas que serviram de base ao cálculo dos rácios apresentados			200 000	

* O acidente de trabalho grave registado ocorreu em contexto de teletrabalho. Os perigos que representaram um risco de acidente grave foram identificados através da análise efetuada aos acidentes registados.

403-10	Doenças profissionais	<p>Os perigos que representaram um risco de doença ocupacional foram identificados através de consultas médicas e de enfermagem, no âmbito da Saúde Ocupacional, bem como através da avaliação periódica dos locais de trabalho (em parceria com Técnicos de Segurança no Trabalho).</p> <p>As doenças ocupacionais mais frequentes ocorreram devido à sobrecarga das bainhas tendinosas de massas musculares do membro superior dominante por hipersolicitação (movimentos repetitivos e muito frequentes, como por exemplo o uso de rato e teclado).</p> <p>Para corrigir este tipo de situações, adquiriram-se equipamentos diversos (ratos e teclados) com vista a diversificação das estruturas ligamentosas e tendinosas, disponibilizaram-se cadeiras ergonómicas para utilização no domicílio (em casos com patologia comprovada) e mudou-se a organização do trabalho (tarefas variadas, introdução de pausas periódicas, ensino postural e alerta para a sintomatologia reveladora em fase inicial deste tipo de patologia).</p> <p>Os trabalhadores em regime de outsourcing não são avaliados pelo CSMT, mas pelos serviços contratados pelas respetivas empresas.</p> <p>(ver tabela abaixo)</p> <p>Nota: Os valores de rácios para os anos 2018-2020 foram reajustados com base em atualização no valor de horas trabalhadas reportado.</p>	S.V.
--------	-----------------------	---	------

		2018	2019	2020	2021
N.º absoluto	Mortes resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0	0
	Casos de doenças ocupacionais registados	6	9	5	5
	Horas trabalhadas	2 658 600	2 682 225	2 689 400	2 645 104
Rácios	Mortes resultantes de doenças ocupacionais	0,000	0,000	0,000	0,000
	Casos de doenças ocupacionais registados	0,451	0,671	0,372	0,378
Valor de horas trabalhadas que serviram de base ao cálculo dos rácios apresentados			200 000		
Principais tipos de doenças ocupacionais		Lesões músculo-esqueléticas do membro superior dominante			

404 Formação (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à sustentabilidade Tema considerado material no âmbito da Gestão do desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores.	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.2 Recursos Humanos 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-
404-1	Número médio de horas de formação por ano e por colaborador	(ver tabela abaixo)	S.V.	

	2019			2020			2021		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Gestor de Topo	57,09	68,82	60,80	20,59	25,35	22,00	20,97	19,55	20,55
Gestor Intermédio	44,76	46,63	45,69	20,58	24,48	22,59	2,71	0,92	1,77
Técnicos Superiores	41,29	38,29	39,65	30,02	31,82	31,00	51,60	53,49	52,65
Chefias e Técnicos Operacionais	22,00	14,25	21,24	25,88	19,43	25,24	19,38	15,56	19,04
Licenças/Cedências	5,73	4,04	4,78	3,53	4,05	3,79	0,00	0,00	0,00
Total	38,93	38,39	38,66	26,29	29,04	27,68	35,79	40,83	38,35

404-2	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa- 4.2 Recursos Humanos (ver tabela abaixo)	S.V.
-------	---	---	------

N.º de colaboradores abrangidos por programa de gestão de competências e aprendizagem contínua

Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	2019	2020	2021
Competências Comportamentais	594	838	587
Microinformática	193	147	181
Gestão e Liderança	225	59	92
Ética	559	74	14
Proteção do Dados	945	104	100
Línguas	375	396	409
Outros	1716	1546	1607

404-3	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Todos os colaboradores elegíveis são efetivamente avaliados pelo Banco. São considerados elegíveis os colaboradores que, no ano anterior ao do período de relato, tenham trabalhado 66 dias seguidos ou interpolados. A única exclusão são os exonerados do ano em análise que não são alvo de avaliação. 2019: 93% dos colaboradores receberam avaliação de desempenho 2020: 92% dos colaboradores receberam avaliação de desempenho 2021: 91% dos colaboradores receberam avaliação de desempenho	S.V.
-------	--	--	------

405 Diversidade e igualdade de oportunidades

405-1	Diversidade dos órgãos de <i>governance</i> e dos colaboradores	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa - 4.2 Recursos Humanos (ver tabela abaixo)	S.V.
-------	---	--	------

	2019					2020					2021				
	H	M	<30	30-50	>50	H	M	<30	30-50	>50	H	M	<30	30-50	>50
Gestor de Topo (%)	68	32	0	42	58	70	30	0	46	54	70	30	0	43	57
Consultor de Administração (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	0	0	0	100
Gestor Intermédio (%)	51	49	1	65	34	49	51	1	65	34	47	53	0	66	34
Técnicos Superiores (%)	45	55	21	56	23	45	55	21	59	20	44	56	20	61	19
Chefias e Técnicos Operacionais (%)	90	10	2	37	61	90	10	1	48	51	91	9	3	51	46
Licenças/ Cedências (%)	44	56	8	72	20	51	49	12	67	21	51	49	7	74	19

405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem	(ver tabela abaixo) Nota: Não são apresentados os valores para a função de Consultor de Administração uma vez que esta função apenas é ocupada por homens.	S.V.	
		2019 2020 2021		
Rácio do salário base médio por categoria funcional e por género*				
	Gestor de Topo	0,96	1,01	1,02
	Gestor Intermédio	0,97	0,97	0,98
	Técnicos Superiores	0,94	0,95	0,96
	Chefias e Técnicos Operacionais	0,82	0,79	0,74
Rácio da remuneração média por categoria funcional e por género**				
	Gestor de Topo	0,96	1,01	1,02
	Gestor Intermédio	0,98	0,97	0,98
	Técnicos Superiores	0,94	0,95	0,97
	Chefias e Técnicos Operacionais	0,72	0,71	0,69
	* Salário base médio mulheres/Salário base médio homens.			
	** Remuneração média mulheres/Remuneração média homens.			

406 Não discriminação

406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Em 2021 registou-se um incidente relacionado com discriminação, devidamente resolvido.	S.V.
-------	--	--	------

407 Liberdade de associação e negociação coletiva

407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	O Banco de Portugal, através do quadro geral de princípios dos adjudicatários do Banco de Portugal, estabelece no seu ponto III, relativo à Política Laboral, que os Adjudicatários se obrigam, entre outros princípios a: “f) Impedir quaisquer formas de trabalho infantil ao abrigo dos normativos nacionais e da ILO 138 da Organização Internacional do Trabalho. g) Impedir quaisquer formas de trabalho forçado ou obrigatório. h) Não interferir no exercício dos direitos dos trabalhadores relativamente à liberdade de associação e ao seu direito à negociação coletiva e garantir que existem condições para os trabalhadores decidirem, livremente, se querem, ou não, associar-se a sindicatos de trabalhadores da sua escolha.” Sempre que se revele necessário, estes princípios de Política Laboral são desenvolvidos no Caderno de Encargos, sendo que tal tem sido feito, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento da existência de seguros de acidentes de trabalho e ao pagamento atempado das remunerações.	S.V.
-------	---	---	------

408 Trabalho infantil

408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Ver resposta ao indicador 407-1.	S.V.
-------	---	----------------------------------	------

409 Trabalho forçado

409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Ver resposta ao indicador 407-1.	S.V.
-------	--	----------------------------------	------

413 Comunidades locais

413-1	Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.5 Responsabilidade social e ambiental – Responsabilidade social	S.V.
-------	--	--	------

418 Privacidade do cliente (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à sustentabilidade Tema considerado material no âmbito da Privacidade e Segurança da informação.	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.3 Inovação e transformação digital	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-
	418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.1 Governo, controlo e gestão de risco Não foram registadas quaisquer reclamações fundamentadas, fugas, roubos ou perdas de dados de clientes durante o período de relato.	S.V.

419 Conformidade Socioeconómica

419-1	Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica	Não se registaram multas ou sanções significativas (superiores a 3 000 €) durante o período de relato.	S.V.
-------	--	--	------

Literacia financeira

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Abordagem à sustentabilidade	-
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	2 Salvaguarda da estabilidade financeira – 2.2 Estabilidade do sistema financeiro nacional 3 Produção e partilha de conhecimento – 3.1 Estudos 3 Produção e partilha de conhecimento – 3.2 Estatística 3 Produção e partilha de conhecimento – 3.3 Cooperação internacional 4 Gestão interna e responsabilidade social corporativa – 4.4 Prestação de contas, comunicação e serviços ao público	-
	103-3	evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	-

Legendas:

S.V. – Sem verificação

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável